

O Estado de S. Paulo

OES P 3. 4/5/88 ANEX

Adiamento sistemático das Convenções

Os dois maiores partidos do País, que já integraram a falecida Aliança Democrática, base política original da chamada Nova República — falamos do PMDB e do PFL, é claro —, podem manter profundas diferenças, mas há pelo menos dois pontos em que manifestam perfeita semelhança. Trata-se, o primeiro, desse drama hamletiano de que ambos há muito tempo estão acometidos, sem sinais de perspectiva de cura, que se poderia traduzir pela expressão "ser ou não ser... governo". E o segundo — em grande parte decorrente do primeiro — refere-se ao costume já arraigado nos dois partidos de tentar resolver seus *impasses* internos, as divergências inconciliáveis entre suas facções, mediante o simples *adiamento* de deliberações.

Nestes últimos três anos de *governo-oposicionismo* ou *oposição-governismo* — enfim, de insanável hibridismo — o PMDB tem adiado seguidas vezes suas convenções pa-

ra evitar dissidências, "rachas" ou até a temida "implosão". O hábito de *empurrar os problemas com a barriga* pode até ser disfarçado por uma razão aparentemente democrática. Por exemplo, para não definir-se *convencionalmente* sobre questões polêmicas (mas fundamentais), tais como sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo —, mandato presidencial e data certa da próxima eleição presidencial, o PMDB jogou tais questões para o âmbito extrapartidário da Constituinte, dando *liberdade* aos constituintes peemedebistas para decidir de acordo com suas *consciências*.

Agora, para evitar o agravamento de suas divergências internas, a comissão executiva nacional do PFL reúne-se para formalizar o adiamento da Convenção nacional do partido, inicialmente marcada para o próximo dia 15 de maio. A Convenção será realizada apenas após o término dos trabalhos da As-

sembléia Nacional Constituinte, porque o presidente do partido, senador Marco Maciel, "se rendeu à maioria dos deputados pefelistas — em número de 94 — que requereram o adiamento". Mais uma vez o pomo da discórdia partidária é o posicionamento contrário ao governo ou a ele favorável, defendendo a primeira diretriz o atual presidente do PFL (Maciel) e a segunda o líder do partido na Constituinte, deputado José Lourenço, e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Se é natural que em uma Casa Legislativa, no Congresso e especialmente na Assembléia Nacional Constituinte se procure contornar todos os *impasses* surgidos com a intensificação das negociações — sobretudo para que se escape da situação *não deliberativa*, insolúvel, do "buraco negro" — coisa bem diversa é a necessidade que têm os partidos de *definir-se* — doutrinar, ideológica e politicamente —

para que seus militantes tenham diretriz partidária a seguir e para que os eleitores possam entender o verdadeiro perfil de cada agremiação partidária, condição para também definir-se por uma ou outra, nas próximas eleições. É claro que o foro específico dessas *definições* partidárias são as Convenções. Se há divergências, se há facções, se há impossibilidade de formar-se "chapas únicas" nas Convenções partidárias, tal realidade tem que ser espelhada sem maiores disfarces. Que se formem duas — ou mais — chapas concorrentes, se necessário, e que se chegue democraticamente, via pluralismo e não "imposição de consenso", aquilo que é comum, majoritário, em termos de *posição* de cada partido. Os partidos só se desenvolverão neste país — e com eles a institucionalização da verdadeira democracia — se deixarem de temer as Convenções, se deixarem de adiá-las sistematicamente sob o pretexto artificial, falso, da preservação da "unidade" partidária.